

Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo é contrária ao desrespeito ao teto de gastos

A Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo é favorável à manutenção do teto de gastos públicos, implantado em 2017 pelo Congresso Nacional.

O teto é um importante mecanismo para controlar os gastos públicos federais. Graças a ele, pela primeira vez na história, um governo terá, ao final da gestão, um gasto primário inferior ao obtido no início do mandato. Em 2021, a despesa representará 19% do PIB. Ao fim de 2018, esse percentual era de 19,3%.

Mais do que uma questão econômica e contábil, a preservação do teto de gastos é uma questão de confiança. A responsabilidade fiscal traz estabilidade e segurança para quem produz. E passa um sinal inequívoco ao contribuinte de respeito ao dinheiro público.

Desrespeitar ou mudar as regras antes do prazo de revisão da proposta – previsto para 2026 – deixa a impressão de que o desrespeito ao equilíbrio das contas públicas voltará a ser uma realidade em nosso país.

E que essa postura de afrouxamento fiscal passará a ser a tônica, ao invés do empenho na aprovação de reformas estruturantes que darão mais solidez à economia brasileira. A adoção de práticas populistas e o uso político do orçamento encarece o crédito e trava o desenvolvimento.

O país precisa de estabilidade para retomar o crescimento e a confiança dos investidores estrangeiros, ávidos por aplicar seus recursos em economia com regras estáveis e transparentes.

A manutenção do teto e a higidez fiscal atrai investimentos, controla a desvalorização cambial, melhora o poder de compra dos brasileiros e aumenta a competitividade de nossas empresas, uma vez que a maior parte delas depende, em alguma quantidade, da importação de insumos e equipamentos para produzir tanto para o mercado interno quanto externo. O respeito aos



limites de gastos reduz o Custo Brasil e elimina a necessidade de criação de novos tributos para equalizar as contas públicas.

Por isso, a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo acompanha com preocupação a tramitação da PEC dos Precatórios no Congresso Nacional. Da forma como as tratativas se desenrolam, haverá rompimento do teto de gastos. Portanto, nos posicionamos de forma contrária à proposta.

Além disso, é importante ressaltar que, ao firmar a posição intransigente contra o descumprimento do teto de gastos, a Frente não está contrária à criação de um programa social que acolha as pessoas que ficaram para trás por conta da pandemia do novo Coronavírus.

A Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo entende, contudo, que a eventual necessidade de assistência social deve caber dentro do atual regime fiscal, através da revisão de gastos e da aprovação de reformas estruturais que possam abrir espaço fiscal pela efficientização da máquina pública.

